

“DO MITO AO FATO” – UM APANHADO HISTÓRICO DOS ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Dyane Brito Reis (PPGE – UFBA)ⁱⁱ

dyanereis@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho objetivamos fornecer um panorama da discussão sobre as diferenças e desigualdades observadas entre brancos e negros no país. Desigualdade esta que gerou dois mundos: *o dos negros e o dos brancos* e que teve repercussões extremamente fortes no âmbito educacional. Para tal, faremos uma incursão teórica sobre os estudos e a lutas militantes que ensejaram uma proposta de Política de Ação Afirmativa no Século XXI, cujo maior debate está centrado na criação de Cotas para Negros nas Universidades Públicas Brasileiras.

Palavras-Chave: Ações Afirmativas; Racismo; Desigualdades Educacionais

Introdução

A sociedade brasileira há longos anos, propaga e se orgulha de uma suposta democracia racial. Na maioria das vezes, este título é colocado em contraponto ao modelo racial americano. A identidade brasileira foi forjada em torno deste mito, pois se no século XIX a preocupação dos intelectuais com a mestiçagem e a degenerescência desembocava em uma perspectiva pessimista com relação ao futuro brasileiro, no início do século XX a teoria Freyriana vai entender o Brasil como grande caldeirão cultural já que segundo ele: “o alto grau de miscigenação ocorrido no país, em face da falta de preconceito racial do português corrigiu a distância social entre a *Casa Grande e a Senzala*, o que levou a uma democratização social no Brasil” (Freyre; 1998). Apesar da manutenção da desigualdade entre senhores e escravos, a sociedade brasileira era vista como racialmente igualitária, sem preconceito, discriminação e ódio raciais, especialmente quando comparada com a sociedade americana, que ao contrário apresentava fortes antagonismos raciais (Santos; 1999).

Esse consenso sobre a democracia racial brasileira permeou os círculos acadêmicos até metade dos anos 50, quando o Projeto UNESCOⁱⁱⁱ, a partir das análises de Roger Bastide e Florestan Fernandes concluíram que após o julgo da escravidão, os negros foram marginalizados e uma carga de preconceito e discriminação recaiu sobre eles dificultando o acesso a diversos âmbitos tais como trabalho e educação. Apesar de contestarem a harmonia nas relações raciais,

preconizada por Freyre, tanto Bastide quanto Fernandes ainda acreditavam que na nova ordem capitalista a discriminação é antes econômica e social, com base na cor, do que antes uma evidência do *preconceito de cor* propriamente dito. Como afirma Marcos Chor Maio este programa de Estudos que se convencionou chamar de Projeto UNESCO “não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista”. (1999)

Ao final dos anos 70, Carlos Hasenbalg (1979) demonstrou que passados quase um século da abolição da escravatura no Brasil, os negros ainda estavam em pior situação econômico-social e política que os brancos, indicando inclusive que a desigualdade racial no Brasil e a marginalização do povo negro era fruto do racismo e deveriam ser explicados pela condição racial desses indivíduos.

O consenso acadêmico científico sobre a democracia racial só começa, pois, a ser abalado no final dos anos 70. Associado a essa quebra de consenso, ressurgem simultaneamente os movimentos sociais negros – falamos aqui em ressurgimento, pois as organizações formadas na década de 1970 não foram as primeiras na história do país. Logo depois da abolição, no final do século XIX, já circulavam jornais voltados para as populações negras, como o Treze de Maio, do Rio de Janeiro (1888), e O Exemplo, de Porto Alegre (1892). Em São Paulo, a chamada “imprensa negra paulista” denunciava, nos anos 1920, a discriminação racial. Dela surgiram alguns dos fundadores da Frente Negra Brasileira, em 1931, que chegou a se transformar em partido político em 1936, mas logo foi extinta, como os demais partidos, pelo Estado Novo no ano seguinte. Na década de 1940 foram fundadas várias entidades, como a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro – denunciando a discriminação e contestando a democracia racial e ainda, valorizando a cultura negra como eixo de constituição de uma identidade racial positiva. (Santos; 2008)

É também no final dos anos 80 que o quesito cor é (re)introduzido no censo demográfico brasileiro, em virtude das reivindicações do Movimento Social Negro. Tal ação permitiu a comprovação estatística das desigualdades raciais entre negros e brancos. Mais até aqui, por parte do Estado Brasileiro, ainda não há qualquer menção a implementação de políticas de ações

afirmativas para negros, embora esta fosse uma aspiração de intelectuais e militantes ligados à questão racial.

As diferenças e desigualdades sociais entre brancos e negros, acumuladas ao longo de toda a história brasileira, geraram dois mundos: *o mundo dos negros e o mundo dos brancos* conforme analisou Florestan Fernandes (1972) e isto teve repercussões extremamente fortes no âmbito educacional. Mas o anseio por educação formal esteve presente nas lutas negras desde o final da abolição até o século XX, consubstanciada, no século XXI em Políticas de Ações Afirmativas.

1- DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO

A CONSTATAÇÃO

O acesso e a permanência desigual de determinados grupos sociais ao sistema de ensino é uma discussão que há décadas vem ocupando os círculos acadêmicos e os movimentos sociais. Hasenbalg (2005) chama atenção para o fato de que “na experiência Européia, o princípio da educação primária para as classes baixas emergiu como subproduto do absolutismo esclarecido, mas esta experiência está longe da realidade brasileira *quer em ideologia quer na prática^{iv}*”. O sistema educacional brasileiro é elitista e formado por uma tradicional estrutura, cujas oportunidades educacionais são fechadas a determinados grupos e isso ainda pode ser verificado nos dias atuais.

Como aponta Santos (apud Hasenbalg; 2005); Schwarcz (1993) entre outros, o crescimento do sistema educacional começou com a criação de algumas escolas de Medicina e Direito quando a família real chegou ao Brasil no Século XIX. Entretanto, tal sistema educacional esteve distante do mundo prático, e sua função foi tão somente a produção de símbolos de status.

Ainda segundo Hasenbalg (2005) no que tange às duas funções básicas do sistema educacional nas democracias liberais, quais sejam: o desenvolvimento de cidadãos politicamente competentes, socializados nos valores do sistema e a formação de agentes qualificados para ocupar os lugares do sistema produtivo, a primeira função foi historicamente atrofiada, enquanto

que a segunda só ganha corpo com a aceleração da industrialização e a urbanização do país em décadas recentes.

A Universidade por sua vez, produziu dentro da tradição formalista, grupos de profissionais liberais que excediam as necessidades do sistema econômico. Mais recentemente, essas relações mudaram e o sistema econômico começou a exercer forte pressão sobre o sistema educacional que se expandiu em Instituições privadas (sobretudo a partir dos anos 80) e desse modo, o aumento das matrículas ocorreu como uma resposta à necessidade de ampliar a base de recrutamento. Vale salientar que na contramão desta expansão do sistema educacional está a participação da população negra. Em acréscimo aos mecanismos de discriminação de classe do sistema educacional, cujos efeitos são especialmente sentidos por pretos e pardos, a cor da pele opera também como um elemento que afeta negativamente o desempenho escolar e o tempo de permanência na escola. No Brasil, o trajeto do estudante pelo sistema público de ensino está marcado por história de insucesso e este insucesso tem atingido, sobretudo os negros. É sobre estes que recai o peso da exclusão. (Barcelos, 1992; Hasenbalg, 1979; Henriques, 2001)

Entendendo esta situação é que uma das principais reivindicações dos movimentos negros esteve associada á educação formal. Essa bandeira de luta, ao contrário do que se pensa, é existente desde o pós-abolição e ganha muita força no início do século XX. É na década de 20 que aparecem os primeiros jornais do “meio negro” (Cf. Fernandes, 1978), no Estado de São Paulo, cujo objetivo era discutir as condições sociais de existência dos negros no pós-abolição, bem como discutir problemas ligados à discriminação racial a que os afro-brasileiros estavam submetidos. Publicavam-se artigos sobre diversos assuntos, entre os quais a necessidade da educação formal para os negros visando à superação das dificuldades em que se encontravam ou, se quiser, *tendo como finalidade a necessidade de ascensão social, política e econômica da população de ascendência africana.*

A educação era vista como caminho para a superação das desigualdades. Era ainda a única ou principal maneira pela qual o negro poderia obter as mesmas oportunidades que os brancos e deixaria de ser um “*extrangeiro indesejável*”. Recebendo educação, o negro poderia “evoluir”,

integrar-se à vida nacional, combater a miséria em que vivia, os “vícios” e as doenças que o atormentavam (Pinto, 1993: 183-184).

Estava constatado, entretanto, que a educação não atendia de maneira equânime a todas as parcelas da população; um número grande de brasileiro percebia que havia um fosso **entre o mito e o fato**, ou seja, entre a idéia de uma democracia racial e a condição real dos negros no país.

Nos anos 30, a Frente Negra Brasileira^v, que tinha a educação entre as condições necessárias para a “ascensão moral e o progresso material dos negros” formalizou essa sua preocupação e valor em seu Estatuto, que no parágrafo único instituía a criação de “cooperativas econômicas, **escolas técnicas e de ciências e artes**, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira”. (Estatuto da Frente Negra Brasileira *apud* Barbosa, 1998: 110). Segundo Santos (2007), foi para cumprir estes objetivos que a Frente Negra criou onze departamentos para a consecução dos seus fins (Barbosa, 1998: 105). Entre esses departamentos havia o “Departamento de Instrução e Cultura”, que era responsável pela esfera da educação. Além disso, criou uma biblioteca escolar que funcionava como “um espaço para estudo e capacitação dos estudantes negros”. À frente do seu tempo, os *frentenegrinos* compreendiam que a educação formal não podia se limitar somente à sala de aula escolar. Mais tarde foram montados cursos vocacionais e de alfabetização para jovens e adultos e foi criado um Colégio Elementar. Num primeiro momento, essa escola funcionou extra-oficialmente, mas depois, em julho de 1934, foi reconhecida formalmente pelo estado de São Paulo, que, inclusive, nomeou professores para trabalharem nela (Cf. Pinto, 1993; Siss, 2003 *apud* Santos; 2007).

Ao criar escolas para a população de cor, a Frente Negra estava dando os primeiros passos para a implementação de uma política de ação afirmativa, embora ainda não se denominasse assim.

Infelizmente, quando a Frente Negra se lançou como partido político em 36, a fim de dar continuidade aos seus objetivos, o então presidente Getúlio Vargas fechou todos os partidos políticos e entre eles, claro, a Frente Negra Brasileira. Estava, portanto, interrompida mais uma tentativa dos negros brasileiros de incluírem-se através da escolarização e de colocar a questão racial na agenda pública do país, ou como nos afirma Santos (2007):

Portanto, interrompia-se uma das primeiras tentativas de ação coletiva dos pretos e pardos, após a abolição, de lançarem-se como sujeitos da sua história na esfera pública brasileira, colocando a questão racial no mesmo nível das demais questões importantes da vida pública brasileira, sem as pressões dos partidos de direita, de centro ou esquerda, para o encobrimento da discussão sobre a questão racial no Brasil. (p. 83/84)

Como veremos daqui em diante, estava interrompida, mas apenas temporariamente a *luta negra* pela educação, pois a convenção do Negro de 46 vai retomar estas questões e trazer proposta de políticas públicas para os negros em diversas áreas, inclusive na educação.

A LUTA POLÍTICA

Conforme nos afirma Hasenbalg (1995; 360) há um período de silenciamento da questão racial, inclusive no campo acadêmico. No auge da ditadura militar a questão racial passa a ser definida como questão de segurança nacional. Some-se a isso a falta de dados, uma vez que o quesito cor foi retirado do Censo Demográfico de 1970.

Mais tarde, no final dos anos 70, quando o panorama tornava-se propício, houve uma rearticulação do movimento social negro e a criação de entidades nacionais de caráter mais político. Falamos aqui em panorama propício porque dois fatores são importantes neste momento: 1- a luta dos afro-americanos pelos Direitos Civis e 2 – as lutas por independência ou libertação de vários países africanos de língua portuguesa contra o racismo colonial. Tais fatores terão grande impacto no cenário nacional e vão influenciar decisivamente os jovens negros brasileiros. Este também é um período em que cresce ou se delinea uma auto-estima negra, uma valorização da aparência e estética negras como política de afirmação, também muito influenciada pelos movimentos negros.

Neste panorama, os movimentos sociais negros ressurgem na luta política contra as injustiças e opressões sócio-raciais e muitas entidades aderem ao movimento nacional por liberdade, igualdade, justiça, democracia e cidadania, de fato, e nessa busca, entendem como importante a criação de uma organização de caráter político que não somente denunciasse o racismo, mas apresentasse propostas de superação. E foi assim, que em junho de 78 várias entidades negras mobilizadas contra a discriminação racial vivida diariamente pelos afro-brasileiros fundam, em São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que, em dezembro de 1979, no seu primeiro congresso, na cidade do Rio de Janeiro, foi renomeado Movimento Negro Unificado (MNU). A educação continua aqui sendo um tema prioritário e aparece no primeiro Programa de Ação do Movimento.

As reivindicações do MNU, no que tange à educação, estavam pautadas nas melhorias das condições de acesso ao ensino; no combate à discriminação racial e à veiculação de idéias racistas nas escolas e na reformulação dos currículos escolares, contemplando a valorização da História e Cultura Africana e Afro Brasileira.^{vi} A partir desse momento começa a tomar um corpo diferente a luta destes movimentos negros uma vez que suas aspirações e lutas ganham eco em diversos Estados. Por outro lado, mas não menos importante essa “luta negra” começa a sofrer muitas críticas das classes dominantes que vêem o fato como uma espécie de *racismo às avessas*. O historiador George Andrews destacou muito bem esta situação, explicando a fonte das inquietações:

A primeira é que a mobilização dos negros forçosamente recorda aos brasileiros que o seu país não é uma democracia racial que declara ser; se fosse, os afro-brasileiros não teriam queixas especificamente raciais a fazer e não haveria campo para um movimento negro. (...)Os brancos não gostam de ser confrontados com este passado racial, tanto devido à culpa que sua memória pode inspirar quanto devido ao seu medo do ressentimento e do desejo de vingança que se pode esperar os negros abriguem dentro de si após gerações desse tratamento. Isso por sua vez sugere a segunda fonte de inquietação dos brancos. Os brancos das

classes média e alta do Brasil são muito conscientes de que estão sentados no topo de uma sociedade muito tensa, em que a maioria da população sofre as aflições diárias da pobreza e da raça. (Andrews, 1998: 287).

Mais uma vez, sem dúvida os debates afrontam o mito fundador da Identidade Brasileira, qual seja, o de que vivemos em uma Democracia Racial. Se, por um lado, essa nova fase dos Movimentos Sociais Negros fez emergirem antigas inquietações raciais na sociedade brasileira, bem como protestos da “classe dominante”, por outro lado, o caráter mais aguerrido implicou uma influência ou participação política maior desses movimentos na sociedade brasileira, se comparado com os avanços obtidos no passado (Santos; 2007). Mas, vale destacar que estes impactos causados pelo movimento negro na sociedade brasileira foram bastante positivos já que começa a exercer uma forte influência política, obrigando inclusive o Estado a dar respostas na área racial e esse é um momento histórico na conjuntura política do país.

O ENFRENTAMENTO

O enfrentamento à questão das desigualdades raciais na educação através de políticas públicas de ação afirmativa, já tramitava no Congresso desde a primeira metade do Século XX, através de Projeto do Deputado Federal Abdias do Nascimento^{vii} que embora não contasse com uma “bancada afro brasileira” era a principal voz dos Movimentos Negros no Legislativo. É Abdias do Nascimento quem propõe em 1987 a implementação do que ele chamou de ações compensatórias para os negros na esfera da educação e vai além propondo que estas ações contemplem indígenas e mulheres (Nascimento, 1985: 61). Sem apoio no legislativo, a quem pouco interessava políticas compensatórias, o Projeto de Abdias foi arquivado no final dos anos 80 e, **de fato**, nenhuma medida foi implementada.

No início da década de 90 o Movimento Negro, através dos seus Encontros Regionais retoma a pauta da questão “Negro e Educação”. Ainda nesta década, deve se destacar aquele que talvez tenha sido o mais marcante evento desse período; a Marcha Zumbi dos Palmares que contou, segundo dados oficiais, com cerca de 30 mil participantes. (Cf. Santos, 2006; Cardoso, 2002; ENMZ, 1996).

Após a Marcha Zumbi dos Palmares, o Governo Brasileiro criou por meio de Decreto, o *Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra* (GTI). O GTI tinha “como expectativa, ao longo do Governo [Fernando Henrique Cardoso], inscrever definitivamente a questão do negro na Agenda Nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada” (GTI In Brasil, 1998: 39).

Algumas críticas foram dirigidas a este Grupo de Trabalho, que de fato, só foi instalado um ano depois, em 2006 em que pese o fato de que o GTI não foi aparelhado para cumprir adequadamente os seus objetivos, visto que não tinha um corpo técnico suficiente para a realização de todas as suas funções. Também não dispunha de infra-estrutura adequada, menos ainda de orçamento próprio para seu funcionamento adequado (Cf. Santos, 2006a). Se este e outros grupos que foram criados no Governo FHC (1994-2001) como o *Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação* (GTEDEO) não surtiram efeito no

plano material, concreto, ao menos a criação de tais grupos possibilitou o início da discussão da questão racial no interior da estrutura burocrático-administrativa brasileira e a admissão, por parte do Estado de que há desigualdades raciais no país, conforme fica explícito no discurso do Presidente:

Nós, no Brasil, de fato convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito (...), a discriminação parece se consolidar como alguma coisa que se repete, que se reproduz. Não se pode esmorecer na hipocrisia e dizer que o nosso jeito não é esse. Não, o nosso jeito está errado mesmo, há uma repetição de discriminações e há a inaceitabilidade do preconceito. Isso tem de ser desmascarado, tem de ser, realmente, contra-atacado, não só verbalmente, como também em termos de mecanismos e processos que possam levar a uma transformação, no sentido de uma relação mais democrática, entre as raças, entre os grupos sociais e entre as classes (Cardoso, 1997:14-16).

Tal constatação, aliada à luta dos movimentos negros e ao enfrentamento da questão racial no país, fez o Governo Brasileiro, apontar, pela primeira vez na História, a possibilidade de implementação de Políticas de Ações afirmativas. Mas, ainda não era neste Governo que isso ocorreria, aliás, foi pública e amplamente divulgada a resistência do Ministério da Educação (daquela época) à implementação deste tipo de política:

Não considero o projeto ideal [**o sistema de cotas raciais**] porque sempre entendi que o preenchimento das cotas nas universidades deveria ter como regra apenas o critério social (o de renda) uma vez que a diferenciação na educação brasileira se dá muito mais por critérios sociais do que raciais. Basta lembrarmos que 70% da população indígena recebe até três salários mínimos e que 68% da população negra e 72% dos pardos têm uma renda de até três salários mínimos, para percebermos

que o critério de renda é mais abrangente e justo que o de raça. (In: www.paulorenatosouza/reportagemmanchete)

Estas e outras declarações do Ministro e do próprio presidente da República naquela época, somada á resistência que se encontrava na sociedade á implementação de política com recorte racial, sobretudo no ensino superior, vão adiar para a década seguinte tal prática.

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM EDUCAÇÃO

Estes primeiros anos do século XXI têm sido marcados por diversos ganhos para a comunidade negra, na área educacional. As reivindicações históricas dos Movimentos Sociais Negros visando ao aumento da quantidade de afro-brasileiros no ensino público superior têm obtido algumas respostas positivas nesta década, mesmo sob fortes pressões em sentido contrário, especialmente pressões da grande imprensa e de parte significativa da intelectualidade brasileira (Santos; 2007).

È mister ressaltar a importância que teve a *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada entre 30 de agosto a 7 de setembro de 2001, na cidade sul-africana de Durban. Esta Conferência fortaleceu, no Brasil, a discussão sobre a necessidade de implementação de ações afirmativas para os negros em diversos âmbitos, mas, sobretudo na saúde, trabalho e educação. Esta importância foi tamanha que em 2002 a questão racial esteve presente na agenda política de todos os candidatos à presidência da república, fenômeno jamais visto em nosso país.

Após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e, é importante que se diga, sob pressão dos movimentos negros foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)^{viii}. Em seu discurso oficial, Lula – assim como FHC – reconheceu que há discriminações e desigualdades raciais no país, rompendo com o antigo discurso da Democracia Racial. Entretanto, mais que o Governo anterior, este avança e envia ao Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que “**institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas**

instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências”^{ix}. A partir desse momento, insere-se no cenário nacional diversas discussões sobre a questão racial em números e proporções nunca antes vistos. Intelectuais, militantes, estudiosos e sociedade em geral passam a se posicionar frente às iniciativas do Governo Federal.

O tema que predominou na imprensa brasileira foi a criação de cotas para negros nas Universidades Públicas, inclusive, muitas vezes o debate sobre as ações afirmativas foi reduzido á esta discussão, como se uma fosse sinônimo exato da outra. Intelectuais das mais diversas áreas; Comunicadores; Artistas de TV; Jornalistas, entre outros foram convidados a emitir sua opinião a respeito do novo sistema [o de cotas] que na opinião de muitos, ameaçava a Democracia Racial Brasileira [O MITO]. Por outro lado, ativistas, pesquisadores e outros tantos intelectuais explicavam como e por quê o sistema de cotas era necessário para uma efetiva igualdade na sociedade brasileira que ao longo dos anos alijou negros e indígenas – para não citar todas as categorias sociais e raciais discriminadas - da educação, do trabalho e de outras esferas da vida econômica e social [O FATO].

È fato que o debate dividiu opiniões, é fato também que o sistema de cotas (raciais) já são uma realidade em grande parte das Universidades Públicas Brasileiras, mas a nossa discussão não cessa neste artigo (ou pelo menos não deveria), uma vez que precisamos discutir agora uma outra política afirmativa; a da permanência material e simbólica destes jovens, ingressos pelo sistema de reserva de vagas, nas Universidades. Se não basta ter acesso ao ensino superior, é um erro considerar as políticas de ação afirmativa, dado o seu conceito, apenas como cotas na Universidade. Evidentemente cabe a discussão sobre o acesso, incluindo aí as escolhas pelo tipo de curso, mas também as condições materiais para o estudo, quais sejam transporte, alimentação e aquisição de textos e livros (permanência material), bem como as condições de inserção ou de sobrevivência no sistema de ensino (permanência simbólica).

O debate sobre as ações afirmativas faz rever crenças e pressupostos que sustentam a identidade brasileira, sobretudo o mito da democracia racial. O debate sobre ações afirmativas em educação, por sua vez, traz à tona a possibilidade da quebra de privilégios, uma vez que apenas um segmento social tinha possibilidades de acesso a todos os cursos – sobretudo os mais nobres- da

Universidade. Não se pode negar que o nível Universitário (NU) ainda é um distintivo social em nosso país.

ⁱ Título inspirado no artigo “Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil” de Carlos Hasenbalg (1995)

ⁱⁱ Aluna do Programa de Pós Graduação em Educação – Doutorado (UFBA) e Bolsista CAPES

ⁱⁱⁱ No anos de 1951 e 52 a UNESCO patrocinou uma série de estudos sobre as relações raciais no Brasil. As pesquisas foram desenvolvidas no Nordeste e Sudeste e objetivou apresentar “ao mundo” a experiência das relações raciais julgadas singular e bem sucedidas.

^{iv} Grifo meu

^v A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931 e durou até 1937, tornando-se partido político em 1936. Foi a mais importante entidade de afro-descendentes na primeira metade do século, no campo sócio-político.

^{vi} Este último item só será implementado definitivamente em 2003 através da **Lei Federal nº 10.639** que altera a LDB e insere as disciplinas História da África e Cultura Africana e Afro Brasileira nos Currículos Escolares.

^{vii} Este militante-intelectual dos Movimentos Negros brasileiros havia retornado ao Brasil em 1981 do seu auto-exílio (Cf. Nascimento *apud* Contins, 2005; Semog e Nascimento, 2006). Ele se candidatou a uma vaga no parlamento brasileiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro, nas eleições de 1982. Concretamente, Abdias foi eleito como suplente de Deputado Federal, mas como o então governador eleito do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, convocou alguns deputados federais do seu partido ou coligação para serem secretários de Estado, abriram-se vagas para alguns suplentes exercerem o mandato de deputado federal na legislatura de 1983-1986, da Câmara dos Deputados (Santos; 2007). Neste mesmo ano, também como suplente, foi eleito o Deputado Carlos Alberto Oliveira (Caó) que também ganhou assento na Câmara e foi autor da Lei 7.716 – primeira Lei Brasileira a prever expressamente o racismo como inafiançável e imprescritível (Reis; 1998 mimeo).

^{viii} Em 21 de março - *Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial* - foi criada a SEPPPIR. Três meses após a posse do Presidente eleito.

^{ix} O PL nº 3627/2004 estabelece que: Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 2º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- BARBOSA, Márcio (Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. *Construindo a Democracia Racial*. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Pronunciamento do Presidente da República na abertura do seminário multiculturalismo e racismo”. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI (ENMZ). *Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e vida*. Brasília: Cultura Gráfica e Ed., 1996.
- FERNANDES, Florestan. *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, Record. 2001
- HASENBALG, Carlos A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995.
- _____. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Texto para discussão n. 807*. Brasília: IPEA, 2001.
- MAIO, Marcos Chor. Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.14 N.41. Outubro, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. *Povo negro: a sucessão e a Nova República*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.
- PINTO, Regina Pahim. *O Movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese (Doutorado em Antropologia Política)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1993.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Junho de 2007.

_____ Who is black in Brazil?: a timely or a false question in brazilian race relations in era of affirmative action? *Latin American Perspectives*. Califórnia, Issue 149, v. 33, n. 4, July, p. 30-48, 2006.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Mutações políticas e desafios das novas institucionalidades: os movimentos negros e a luta pela promoção da igualdade racial. In: *IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros*. Texto apresentado no Grupo de Trabalho: Ações Afirmativas, Estado e Movimentos Sociais. Salvador, 13-16 set. 2006a.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.